



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

ATA N.º 3/2014

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM DOZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E CATORZE

---- Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e catorze, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.^a Sofia Relvas Marques, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

---- Registou-se a falta, considerada justificada pelas razões abaixo enunciadas, do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges. -----

SITUAÇÃO FINANCEIRA

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 878.056,10 € (oitocentos e setenta e oito mil cinquenta e seis euros e dez cêntimos); - De operações extra orçamentais: 116.948,17 € (cento e dezasseis mil novecentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos). -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou os Senhores Vereadores, declarou aberta a reunião e justificou a falta do Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges, devido a ter ido a uma reunião à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, relacionada com um eventual lançamento de um concurso internacional para fornecimento de energia a todos os municípios da comunidade intermunicipal, em baixa tensão, tendo em vista pôr a concorrência a funcionar e obter uma poupança de 20% a 30% na fatura atualmente existente. De seguida, convidou todos os Senhores Vereadores a estarem presentes no próximo dia 21 de fevereiro de 2014 num Seminário sobre Empreendedorismo, sendo a parte da manhã, desse dia, dedicada aos jovens e na parte da tarde estarão presentes representantes da AIRV, CEV, IAPMEI e CCDRC, sendo nesse dia lançada a Unidade Empreende de apoio á criação de emprego no concelho. Também informou que na próxima terça-feira, o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, estará em Gouveia, Seia e Nelas, numa visita, no âmbito da construção da barragem de Girabolhos e da Bogueira. Informou, também, que tinha determinado o corte dos cedros, sítos na Praça do Município, confinantes ao prédio da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, em virtude dos mesmos apresentarem risco de cair, como já aconteceu com alguns em anos anteriores, pelo facto de alguns estarem infetados e constituírem um risco para a segurança pública de pessoas e bens. Também informou que no dia anterior a esta reunião de Câmara teve uma reunião com o Senhor Dr. Arlindo Cunha, Presidente da Comissão Vitivinícola Regional do Dão, referente à eventual aquisição pela Câmara, ou celebração de contrato de



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

comodato a favor da mesma, do referenciado imóvel tendo em vista sanar esta “ferida”, que é o edifício da referida Comissão Vitivinícola em estado bastante degradado, para assim se poder requalificar toda a área envolvente da Praça do Município de Nelas e de todo este centro urbano da Vila de Nelas. Informou, ainda, que o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques tinha enviado à Câmara Municipal um ofício referente a uma questão tratada na última reunião de Câmara, referente à construção de um pavilhão na Zona Industrial 1, de Nelas. Perante este ofício do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, o Senhor Presidente informou a Câmara que a situação vai ser averiguada devidamente e até, se necessário, pelas entidades administrativas e judiciais competentes. ----

Interveio o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, apresentando o ofício acima referido pelo senhor Presidente na mesa e afirmando que não se iria pronunciar acerca do corte dos cedros situados na Praça do Município de Nelas e tendo, de seguida, lido a seguinte intervenção: -----

“Tomei conhecimento e por isso quero congratular-me por o Presidente da Câmara Municipal de Nelas, “dar a mão à palmatória” ao corrigir um erro, com o qual quebrou um costume de vários anos. -----

---- Refiro-me concretamente à indicação de uma individualidade para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim. -----

---- Pese embora, seja da competência do Município a indicação do nome, facto é que, desde há muitos anos a Câmara Municipal solicitava à Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, que tomasse a responsabilidade pela indicação do nome do conselheiro. -----

---- Também há muitos anos que esse lugar era ocupado pelo Professor Luís Pinheiro, que com o seu saber e competência, sempre colaborou para que o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim funcionasse de uma forma exemplar e meritória, aliviando muitas vezes as responsabilidades da Autarquia. -----

---- Não vou aqui comentar ou elencar as motivações que certamente levaram o Presidente da Câmara Municipal de Nelas a interromper em novembro de 2013 esta “praxis”, deixo isso á mercê dos mais atentos. -----

---- Não será ousado agradecer, em meu nome pessoal e da comunidade escolar de Canas de Senhorim, por voltar a permitir-se que a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim continue a indicar o nome para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas da sua Freguesia.” -----

---- O Senhor Presidente da Câmara, face à intervenção que antecede, explicou o assunto, afirmando que tinha nomeado o Senhor Vice-Presidente da Câmara, Dr. Alexandre João Simões Borges e o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. António Manuel Borges dos Santos, representantes da Autarquia no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, podendo, sempre, nos termos da Lei, a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim fazer-se representar de forma indireta através do cooptação que os representantes da Câmara até promoveram na primeira reunião do dito Conselho Geral em que participaram, tendo não obstante isto a referida Junta de Freguesia mostrado o seu desagrado, pois queria pertencer ao referido Conselho Geral de forma direta e não cooptada. Face a este descontentamento, o Senhor Presidente da Câmara falou com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o qual concordou em deixar de pertencer ao referido Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, podendo, assim, esse lugar ser preenchido por um representante da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, mas que para



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

ele, Presidente da Câmara, isto era uma questão meramente acessória dado que o que era essencial era o bom relacionamento institucional e o desenvolvimento da comunidade de Canas de Senhorim e das suas gentes.-----

ORDEM DO DIA

1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA

(14/20140212)1.1.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2014

---- Interveio a Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, alegando que as atas da Câmara Municipal não refletem o que de facto é dito nas reuniões de Câmara e que no caso da sua intervenção, na última reunião de Câmara, consta algo acrescentado que ela não disse. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que os Senhores Vereadores podem sempre apresentar nos termos do Regimento, no prazo de cinco dias, uma declaração de voto, com as alterações que pretendam ver introduzidas nas atas das reuniões. Afirmou, também, que está a ser sua conduta não perseguir politicamente ninguém e que se, de facto, a referida Senhora Vereadora esteve nesta Câmara Municipal como trabalhadora com contrato a termo certo até 31 de dezembro de 2013, com uma situação precária e o contrato não foi renovado porque, de facto, não o podia ser legalmente, e ela não deixaria de ter a proteção do subsídio de desemprego, proteção no desemprego que foi preocupação garantir na renovação dos contratos de prestação de serviços ocorrida na reunião anterior. Rematou, lamentando que a senhora vereadora se sirva da sua qualidade de autarca para se referir à sua situação profissional pessoal, reafirmando que nenhuma culpa pode ser assacada ao atual Presidente da Câmara ou ao executivo em permanência, sendo que a culpa dessa situação deve-se em exclusivo ao anterior Executivo que não lhe resolveu o seu problema, e, não obstante essa circunstância, pela qual se candidatou ao lugar de vereadora. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber qual o motivo pelo qual o documento apresentado por ele em 29 de janeiro de 2014 não consta na referida ata. Apresentou-o, novamente e queria que esse documento constasse na referida ata de 29 de janeiro de 2014. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não se lembrava de ter ouvido dizer à Senhora Vereadora Rita Neves o que constava na parte final da sua intervenção. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, afirmando que não encontrava fundamento legal e estatutário para que o referido documento seja transcrito na referida ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, não constando na ata o referido documento, quem, futuramente, ler a ata não entende a conclusão da sua intervenção e terá de ler as atas seguintes. Entendia que as reuniões de Câmara deviam ser gravadas em virtude de, em sua opinião, ser dito uma coisa nas reuniões e nas atas aparecer outra e que isso quase levava a que ele considerasse haver falsificação de documentos. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que o Regimento das reuniões de Câmara foi aprovado por unanimidade na reunião ordinária pública de 27 de novembro de 2013, na qual o



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques não propôs que as atas fossem gravadas e que nos últimos oito anos, dos anteriores Executivos em que ele esteve como vereador em permanência e no ultimo mandato até como vice presidente as reuniões de Câmara nunca foram gravadas. Afirmou, também, que os projetos de ata são entregues aos Senhores Vereadores nas sextas-feiras anteriores às reuniões de Câmara, podendo os mesmos apresentar alterações às mesmas. Afirmou, ainda, que ele, Presidente da Câmara, é que dirige as reuniões e que o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, como homem livre que é e com formação suficiente, pode, se quiser, recorrer para os tribunais, mas que devia fazer o seu trabalho de Vereador, redigindo as alterações e declarações que entendesse.-----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que a aprovação das atas é um assunto recorrente que vem para cima da Mesa da reunião e que no passado sempre se tentou arranjar soluções para situações de compromisso, apenas ficando uma ata por aprovar. Entende que não é fácil o trabalho de elaboração das atas por parte dos funcionários da Autarquia, pois, por vezes os Senhores Vereadores têm um raciocínio complicado e não é fácil resumir as suas ideias e que por isso é que se recorre, frequentemente, às declarações de voto. Pensava que ninguém tinha intenção de subverter as afirmações dos Senhores Membros da Câmara. Entendia, também que o documento apresentado pelo Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques não devia ser transcrito na ata da reunião ordinária pública de 29 de janeiro de 2014, pois o assunto nele referido nada tem a ver com os assuntos tratados na referida reunião de Câmara. Em relação à Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, afirmou não se lembrar do que foi dito na referida reunião de Câmara e que ela pode, sempre, protestar apresentado uma declaração de voto com as alterações que pretende ver introduzidas nas atas, devendo essa declaração de voto ser apresentada até à segunda-feira anterior às reuniões de Câmara, para serem ponderadas as eventuais alterações às atas. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves mostrou-se chocada com a afirmação proferida pelo Senhor Presidente da Câmara, no sentido de que os Senhores Vereadores deviam fazer o seu trabalho de Vereadores, o que vinha reforçar a sua opinião de que o Senhor Presidente da Câmara a perseguia politicamente, não lhe renovando o seu contrato, pelo facto de ela fazer parte das listas da Coligação PPD/PSD-CDS/PP nas últimas eleições autárquicas. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara recusou, liminarmente, a acusação feita pela Senhora Vereadora Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, afirmando que, com o devido respeito, quem a perseguiu politicamente foi o anterior Executivo, que não lhe resolveu o seu problema e a deixou numa situação precária, pois o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques é que lhe devia ter resolvido o seu problema enquanto Vice-Presidente da Câmara do anterior Executivo. Pediu á referida Senhora Vereadora para não vir para as reuniões de Câmara tratar de assuntos pessoais. Que se sentia ofendido pelas palavras proferidas pela Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves, pois ela sabia que o Executivo Municipal estava impedido de fazer renovações e novas contratações de pessoal, que apenas renovou os três contratos de prestação de serviços na reunião anterior para as pessoas em causa depois terem, no mínimo, a proteção social do subsídio de desemprego e que se ela, Senhora Vereadora Dr.^a Rita Neves, não tivesse essa proteção social do subsídio de desemprego, ele, Senhor Presidente da Câmara, seria o primeiro a resolver o seu problema. Em relação às



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

afirmações proferidas de “perseguição política” isso são falsas atoardas e que ele já demonstrou, por atos e nos três meses que se leva já de mandato, que não persegue politicamente ninguém, ao contrário das expetativas de muitas pessoas. -----

---- Posta à votação a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 29 de janeiro de 2014, foi a mesma aprovada, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva e dos Senhores Vereadores, Dr.^a Sofia Relvas Marques e Adelino José Borges Amaral e três votos contra, dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Manuel da Conceição Marques e Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, usando o Senhor Presidente da Câmara o seu voto de qualidade. -

---- A Senhora Vereadora, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, disse ter intenção de apresentar posteriormente uma declaração de voto, o que veio a fazer em 12 de fevereiro de 2014, que a final se transcreve: -----

2 – CONTABILIDADE

(15/20140212)2.1.RATIFICAÇÃO DE PAGAMENTOS DE SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS ÀS ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO QUE ORGANIZAM OS CORSOS CARNAVALESCOS NO ANO DE 2014 – APROVAÇÃO

---- Presente a informação interna n.º 1824, datada de 07 de fevereiro de 2014, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, que a seguir se transcreve: -----

---- “Apoio financeiro -----

---- É nos meses de janeiro e fevereiro que se desenvolve o maior trabalho e esforço na conceção e construção dos carros alegóricos e outros artefactos a utilizar nos cursos carnavalescos, que promovem necessariamente o Concelho de Nelas. Para o efeito as associações representativas e promotoras destes eventos, de Nelas, a Associação Recreativa e Cultural do Cimo do Povo e a Associação Recreativa e Cultural de Santo António, e de Canas de Senhorim, a Associação Recreativa e Cultural do Paço e a União Cultural e Recreativa do Rossio, necessitam, e solicitam-no sempre, de apoio financeiro. Como vem sendo hábito, de há muitos anos, a Câmara Municipal, no âmbito da sua competência, disposta na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, apoia sempre estes eventos. -----

---- Considerando a urgência em dotar, as associações acima referidas, dos necessários meios financeiros, proponho que, conforme dispõe o n.º 3, do artigo 35.º do RJAL, se proceda ao pagamento de 5.000,00 € a cada uma, e que estes atos sejam ratificados na primeira reunião da Câmara Municipal a realizar. -----

---- É o que me cumpre informar, à consideração de V. Ex.^a” -----

---- O Senhor Presidente apresentou o assunto, pedindo à Câmara a sua ratificação. Afirmou que os cheques já se encontravam emitidos. Afirmou, também que atribuiu este subsídio de 5.000,00 euros às associações que organizam os cursos carnavalescos no ano de 2014, pois sabia das dificuldades financeiras sentidas pelos dirigentes dessas associações para organizar os cursos carnavalescos, pretendendo, desta forma, tranquilizar os referidos dirigentes e aumentar a qualidade do Carnaval do Concelho de Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques congratulou-se pela atribuição do referido subsídio às associações que organizam os cursos carnavalescos no ano de 2014,



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

contribuindo, assim, para dinamizar a economia local e o bom nome do Concelho e demonstra que, afinal, o Executivo Municipal anterior não deixou a Câmara tão falida como o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado. Afirmou, ainda, que cada vez há menos pessoas a trabalhar de borla e por amor à camisola na organização dos cursos carnavalescos, elogiando quem o faz. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que a atribuição deste subsídio de 5.000,00 euros a cada uma das quatro associações que organizam os cursos carnavalescos, nada tem a ver com a situação de pré-falência em que encontrou a Câmara quando tomou posse, pois a Câmara continua a receber as transferências do FEF e outras, pois só por pura ignorância, já assumida pelo Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, é que o referido Senhor Vereador pode afirmar que a Câmara Municipal se encontra numa boa situação financeira. --

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que se o Executivo Municipal podia dar mais dinheiro para a organização do Carnaval, que dê, pois isso era meritório e que, afinal a Câmara não está assim tão mal financeiramente como o Senhor Presidente da Câmara afirma. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria corrigir a afirmação do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, pois cada vez que o Executivo Municipal renova um contrato, ou atribui um subsídio, o referido Senhor Vereador afirma que afinal a situação financeira da Autarquia não está assim tão mal como o Senhor Presidente da Câmara afirma, pois, em sua opinião a situação financeira da Autarquia é mais grave do que o Senhor Presidente da Câmara afirma, basta lembrar a questão da dívida de quinze milhões de euros, pois o Executivo Municipal não tem fundos disponíveis para pagar essa dívida, cujos empréstimos só foram possíveis, duplicando a taxa de juro e fazendo empréstimos para pagar empréstimos anteriores e questionou o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques no sentido de saber o que é que ele queria que se fizesse para se pagar a dívida e ao mesmo atribuir grandes subsídios para o Carnaval, só se não pagasse vencimentos e a Câmara bloqueasse totalmente, o que se calhar era esse o objetivo do referido Senhor Vereador. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que os números são o que são, que o Senhor Presidente da Câmara está sempre a dizer que não tem dinheiro, mas que qualquer pessoa, quando tem empréstimos, os quais acarretam encargos mensais, só pode gastar e considerar fundos disponíveis o dinheiro restante dos rendimentos mensais e não pode ter um certo nível de vida que teria se não tivesse esse encargo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques questionou o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber como é que foi possível pagar cerca de seiscentos mil euros aos bancos e continuar a dizer que a Câmara está falida. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que não tinha capacidade de analisar as contas reais da Câmara, que tinha a sua opinião para fazer face à dívida herdada pelo atual Executivo Municipal e que sabia que mensalmente, depois de pagar os encargos mensais obrigatórios, sobravam verbas para fazer investimento, pois, em seu entender a situação financeira da Autarquia não estava tão mal como o Senhor Presidente da Câmara dizia e que considerava que não era verdade que o atual Executivo Municipal tivesse abatido mensalmente a despesa de trinta mil euros em pessoal político, pois tinha estado algum tempo no anterior Executivo e sabia o que auferia mensalmente, ou seja, esse valor era muito inferior. -----



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

---- A Senhora Vereadora Dr.^a Sofia Relvas Marques afirmou que o atual Executivo Municipal, no Orçamento Municipal para 2014, assumiu totalmente a responsabilidade herdada e que os fundos disponíveis são mínimos, que mensalmente tem havido ganhos de eficiência, poupando o mais possível, o que vem aumentando os fundos disponíveis permitindo, por exemplo, limpar as zonas industriais e mantendo boas relações com os industriais do Concelho, Tem havido poupanças com despesas de funcionamento, evitando desperdícios, poupanças essas que são utilizadas em investimento. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que todos os meses o Executivo Municipal tem o encargo de cento e vinte mil euros, a entregar aos bancos, durante vinte anos, verba essa que não pode gastar para fazer etar's, nem outras obras prioritárias, verba essa devida à má gestão camarária dos últimos oito anos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que a candidatura do Partido Socialista tinha afirmado na última campanha eleitoral que a Câmara estava mal financeiramente mas, afinal, não estava tão mal quanto se afirmava e que sabiam que tinham que tomar medidas e que estavam cientes da situação que vinham encontrar. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, de facto, sabia que tinha que tomar medidas de controlo de despesas, das quais algumas já foram tomadas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o atual Executivo Municipal tem muitas condicionantes, que foram introduzidas devido à gestão camarária dos últimos oito anos e que vão condicionar o Município de Nelas nos próximos vinte anos, pois uma coisa é a gestão de tesouraria e outra coisa é a gestão financeira, que o Executivo Municipal anterior não fez, isso é que a questão central, e foi criminoso o que fez o Executivo Municipal anterior, que confundiu gestão de tesouraria com gestão financeira e nunca fez projetos a médio e longo prazo, era sempre “depois logo se vê”. Pensava que o Executivo Municipal atual devia trabalhar em prol do desenvolvimento do Concelho, investindo em etar's e na rede viária. Em relação ao espaço da Comissão Vitivinícola Regional do Dão deve ser feita uma intervenção com um bom projeto, como o espaço merece, embora reconheça que, presentemente, o Executivo Municipal não tem meios financeiros para o fazer. Que o subsídio atribuído às associações que organizam os cursos carnavalescos, no total de vinte mil euros, são muito bem entregues mas que isso é gestão de tesouraria. Afirmou que o Executivo Municipal deve fazer investimentos de manutenção do património de cerca de dois milhões de euros por ano, tendo o atual Orçamento inscritos novecentos mil euros, ou seja, terão os novos Executivos Municipais de contrair novos empréstimos para fazer a manutenção do património municipal, pois caso contrário o Concelho de Nelas fica sem condições de vida e não temos cemitérios, nem estradas, nem outras infraestruturas. Que não se podia passar uma esponja na gestão ruínosa dos últimos oito anos, ao contrário do que afirmou o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, ao afirmar para se deixar de falar no passado. Também achava ser uma ideia errada dizer-se que o juro da dívida baixava ao longo dos próximos anos e que quando for feita a apresentação de contas do Município de Nelas referente ao ano de 2013 é que se ia ver a real situação financeira da Autarquia. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que tinha afirmado que nos primeiros anos de um empréstimo pagasse mais juros e menos capital, que a taxa de juro mantém-se e que não tinha afirmado que se devia branquear a situação financeira da



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

Autarquia, pois enquanto houver dívida deve-se dar prioridade ao seu pagamento e pagá-la de várias maneiras. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que, presentemente, o Executivo Municipal não era livre de renegociar a dívida devido aos condicionamentos financeiros. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara que convidasse os representantes dos bancos a quem a Autarquia deve dinheiro, com a presença de todos os Senhores Vereadores para ouvirem o que eles dizem relativamente aos enormes encargos financeiros que a Autarquia tem de suportar nos próximos vinte anos. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira afirmou que deve dar-se prioridade á amortização dos empréstimos de médio e longo prazo e só adquirir o espaço da Comissão Vitivinícola Regional do Dão quando houver verba para esse efeito. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o Executivo Municipal deve dar prioridade ao pagamento dos empréstimos mais recentes, pois são o que têm uma taxa de juro muito alta e muito onerosa para a Autarquia, enquanto que os empréstimos mais antigos têm uma taxa de juro baixíssima. -----

---- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que os dois últimos Executivos Municipais dos últimos oito anos não previram o futuro, não traçaram uma estratégia de desenvolvimento do Concelho, contraíram empréstimos ruinosos para a Autarquia, que tinham que ser sérios, cada um assumir as suas responsabilidades, e que o atual Presidente da Câmara foi obrigado a pagar aos bancos, nestes primeiros três meses de mandato, quase seiscentos e cinquenta mil euros, que tem processos de contra-ordenações para pagar devido à calamidade ambiental que se vive no Concelho de Nelas, e que tinha de pagar aos bancos, anualmente, cerca de um milhão e meio de euros, verba essa que lhe fazia falta para obras de investimento. Apontou o caso dos esgotos, a correr a céu aberto na Vila de Santar, em que só no corrente mês de fevereiro é que houve verba para pagar à firma Limpa Canal e assim resolver esse problema. Afirmou ainda que o Executivo anterior geriu o que tinha e o que não tinha. Afirmou, também que quando esteve na Câmara o Senhor Vereador Artur Jorge Santos Ferreira já nessa altura havia sufoco financeiro, a Câmara Municipal não tinha crédito para uma carrada de rachão e que quem colocou a Autarquia nesta situação devia ter vergonha e estar calado, pois essa gestão revelou pura ignorância, e queriam que a Câmara fechasse e o Concelho acabasse. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o plano de sustentabilidade financeira apresentada pelo Senhor Dr. Martins da Cunha no âmbito da reestruturação financeira previa um investimento mínimo em reposição de infraestruturas de um milhão e quinhentos mil euros, que foi reajustado, e se a Câmara tem dois milhões de euros para amortização do património, como é que havia de investir? Acrescentou que numa reunião de Câmara questionou a ex-Senhora Presidente da Câmara acerca dessa situação e ela respondeu que “alguma coisa se havia de arranjar”, o que sempre fazia quando questionada sobre a situação de ruptura para a qual conduzia a Câmara. Afirmou, também, que fala-se muito na defesa dos serviços de proximidade como o caso do Tribunal e do Serviço de Finanças quando afinal os inimigos da autonomia administrativa e Financeira do Município de Nelas estavam dentro da Autarquia como se constatou com a gestão dos últimos oito anos. Aproveitou a oportunidade para se congratular pelo facto da permanência no Concelho de Nelas do Tribunal Judicial, isto de acordo com as notícias da comunicação social. Afirmou, ainda, que no anterior Executivo vieram Ministros ao Concelho de Nelas e não trouxeram



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

nada, sendo que até um, que veio ao Concelho três vezes, não deu dinheiro às Associações que visitou. Afirmou, também, que quando se vai negociar com os bancos tem que haver capacidade de negociação e não como o processo conduzido pelo anterior Executivo que deixou o Município à beira do abismo.-----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que em maio de 2006, em que era Vice-Presidente da Câmara o atual Senhor Presidente da Câmara foi proposto em reunião de Câmara de 30 de maio de 2006, contrair um empréstimo de seiscentos e noventa e sete mil euros e renegociar um outro de um milhão de euros e questionou o porquê dessa proposta pois se afinal a situação financeira herdada da Autarquia era assim tão boa, porquê a necessidade de contrair e renegociar esses empréstimos. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara afirmou não se lembrar de ter sido ele a propor a contração e a renegociação desses empréstimos e pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques para substituir o pronome pessoal. Afirmou, ainda, que já tinha ouvido dizer que o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques era contra a existência de quatro Vereadores a tempo inteiro no anterior Executivo mas que tinha votado a favor a sua nomeação. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que esses empréstimos estavam enquadrados no limite de endividamento da antiga lei, os quais se destinavam a fazer obra e com taxas de juro moderadas, que ele tinha votado contra e que os Senhores Membros da Câmara quiserem, podem discutir a situação financeira da Autarquia deixada em 2005 pelos Executivos do Partido Socialista. -----

---- Por último, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que tinha sido o povo de Nelas que o tinha posto na Câmara Municipal e que será o povo de Nelas que o tirará quando entender, que o julgará daqui a quatro anos porque governa com humildade e que tudo tem feito para criação de novos hábitos de trabalho, visitas aos industriais do Concelho e que, apesar dos constrangimentos financeiros, tudo tem sido feito para inverter a situação financeira encontrada e que espera, muito em breve, pelo trabalho já realizado, que seja injetado na economia local, por via da criação de novos postos de trabalho, cerca de trezentos mil a quinhentos mil euros mensais.-----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os pagamentos de subsídios atribuídos às Associações do Concelho que organizam os cursos carnavalescos no ano de 2014, no valor de 5.000,00 € a cada uma, sendo: Associação Recreativa e Cultural do Cimo do Povo e Associação Recreativa e Cultural de Santo António, de Nelas, e Associação Recreativa e Cultural do Paço e União Cultural e Recreativa do Rossio, de Canas de Senhorim, nos termos e de acordo com a informação interna n.º 1824, da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira, atrás descrita. -----

2.2.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de janeiro de 2014, no total de 459.377,66 € (quatrocentos e cinquenta e nove mil trezentos e setenta e sete euros e sessenta e seis cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 38.658,69 € (trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e oito euros e sessenta e nove cêntimos), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pela Secção de Contabilidade. -----

3 - OBRAS PARTICULARES



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

3.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO

3.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 21 de janeiro de 2014 e 05 de fevereiro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

3.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 23 de janeiro de 2014 e 05 de fevereiro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

3.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares - Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 23 de janeiro de 2014 e 05 de fevereiro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -----

(16/20140212)3.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, CADUCADAS, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, caducadas, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 23 de janeiro de 2014 e 06 de fevereiro de 2014, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. ----

4 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS

4.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente isenções atribuídas conforme artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros Regulamentos; licenças especiais de ruído, no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído; e alargamento do horário de funcionamento, ao abrigo do disposto no artigo 11.º, do Regulamento Municipal dos Horários, cujo documento fica anexo à ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

Declaração de voto: Posteriormente a esta reunião de Câmara, a Senhora Vereadora, Dr.^a Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, apresentou uma declaração de voto, datada de **12 de fevereiro de 2014**, que a seguir se transcreve: *“Uma ata é, obrigatoriamente, uma transcrição oficial de determinada reunião e funciona como um resumo fiel, claro e objetivo dos atos e das ocorrências que nela sucederam. Para além de um registo histórico fidedigno, a leitura de uma ata permite saber com exatidão o decurso de toda a reunião, bem como deve refletir minuciosamente tudo o que os seus intervenientes aí disserem. Posto isto, é com total descrédito que procedo à leitura das atas das reuniões de câmara do actual executivo. A ata da reunião de câmara do dia 29 de janeiro de 2014 vem, uma vez mais, confirmar a total falta de objetividade e, mais grave, a subversão daquilo que é dito pelos vereadores da coligação PSD/CDS-PP. Nessa mesma ata, relativamente ao ponto 5 da ordem de trabalhos, não é refletido, de todo, o que realmente aconteceu e foi dito na reunião. Na verdade, após ter sido feita a votação deste ponto, o Senhor Vereador Manuel Marques apresentou uma declaração de voto que eu, até àquela data, desconhecia. Por concordar inteiramente com a mesma, afirmei querer subscrevê-la, facto que deixou o Senhor Presidente bastante alterado. Neste contexto, tentou o Senhor Presidente da Câmara fazer uma leitura adulterada da minha opção, insinuando que ao assinar tal declaração, eu apenas estaria a demonstrar o meu repúdio relativamente à renovação dos contratos em causa. Mais, alegou mesmo que, ao contrário do que eu poderia pensar, não era por os funcionários em questão terem feito campanha eleitoral pela coligação, que ele os iria agora punir, não lhes renovando o contrato e que os mesmos funcionários iriam gostar de saber que eu era contra a renovação dos seus contratos. Tais afirmações deixaram-me verdadeiramente perplexa e foi neste contexto, apenas neste contexto, que eu intervim, afirmando que não admitia que o Senhor Presidente tentasse pôr na minha boca palavras que eu não proferira. Mais, como disse, achava muito bem que tais contratos fossem renovados uma vez que se tratava de funcionários profissionais e competentes e que apenas numa mente perversa seria possível fazer qualquer outra leitura. O Senhor Presidente não deverá partir de pressupostos e não tem sequer o direito de atribuir qualquer conotação às minhas intervenções, ainda mais quando não correspondem à verdade. Quem falou em perseguição política foi o Senhor Presidente e foi nesse contexto que surgiu a minha situação pessoal, nomeadamente a não renovação do meu contrato de trabalho. E é a este propósito que, mais uma vez, a redação e/ou leitura da ata inverte por completo a intervenção da Senhora Vereadora Sofia Relvas. A Senhora Vereadora Sofia Relvas apenas referiu, relativamente à não renovação do meu contrato, que quem deveria ter acautelado a situação era o anterior executivo, não se tendo sequer referido ao meu desempenho profissional. - Parece-me a mim bastante grave este acrescento na ata – “e se o desempenho profissional da mesma o tivesse justificado”. Mesmo*



SERVIÇOS DE DESPORTO:
PAVILHÃO DESPORTIVO,
PISCINAS; BIBLIOTECA;
ESPAÇO INTERNET;
ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Fls. _____

Reunião de 12/02/2014

*que tentando menosprezar e questionar o meu desempenho profissional, sinto-me no direito de inquirir a Senhora Vereadora Sofia Relvas – Afinal, qual o objetivo da Senhora ao acrescentar, á posteriori, tal frase à ata? Na reunião em que eu estive presente, a Senhora Vereadora não proferiu tais palavras. Como sou formada em Português, deve a Senhora Vereadora Sofia Relvas deduzir que eu, ao contrário do Senhor Presidente, não preciso do Freud para ler nas entre linhas. Torna-se demasiado óbvio o que pretende deixar transparecer com tal acrescento. Mas não compete a este executivo questionar a minha competência profissional, uma vez que estive três anos ao serviço desta autarquia e cumpro com retidão e profissionalismo o desempenho das minhas funções. Também a última frase que consta em ata como tendo sido proferida pela Senhora Vereadora Sofia Relvas e que passo a transcrever – “Tinha pois era que queixar-se ao executivo anterior pelo qual acabou por se candidatar” – foi mais uma frase que resolveram acrescentar à ata, porque esta frase também não foi dita na reunião em que eu estive presente. Mas, como pela boca morre o peixe, esta última frase mais não vem senão do que reforçar a ideia de perseguição política, que tanto ofende e repugna o Senhor Presidente de Câmara, mas que eu, pessoalmente, pude vir a comprovar. Para finalizar, resta-me perguntar porque é que a intervenção do Senhor Vereador Adelino Amaral, relativamente a este ponto e, nomeadamente, aquilo que ele disse ao referir-se à não renovação do meu contrato, não foi transcrito para esta ata. O Burro nem sempre se albarda à vontade do dono. -----
---- Termino como comecei, reiterando e explicando o que deveriam ser as atas das reuniões desta Câmara Municipal: A ata é um registo escrito que resume fielmente as ocorrências e decisões de uma reunião ou assembleia. Pelo exposto, voto contra a ata da reunião de câmara de 29 de janeiro de 2014.” -----*

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, _____, conforme deliberação tomada na 1.^a reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada.

O Presidente,

A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira,
